

**TERMO DE CONTRATO Nº 041/ SUB-IP / 2021**

**CARTA CONVITE Nº 001 / SUB-IP / 2021**

**TIPO: MENOR PREÇO.**

**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

**PROCESSO ELETRÔNICO: 6039.2021/0003125-9**

**CONTRATANTE: PMSP / SUBPREFEITURA IPIRANGA**

**CONTRATADA: S.C. ENGENHARIA EIRELI**

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, na sede da **SUBPREFEITURA IPIRANGA**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 05.636.771/0001-93, situada na Rua Lino Coutinho, nº 444, Ipiranga – São Paulo/SP, presentes de um lado a **Prefeitura do Município de São Paulo**, representada neste ato, pela **SUBPREFEITO, Adinilson José de Almeida**, adiante designada apenas por **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **S.C. ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº **10.599.775/0001-89**, sediada à Rua Luís Pereira de Almeida nº 38 – Pinheiros – SP – CEP: 01431-020, Telefone: (11) 3061-9064 / 3064-5861, e-mail: [scengenharia@scengenharia.net.br](mailto:scengenharia@scengenharia.net.br), vencedora e adjudicatária da Licitação supra, neste ato por seu representante legal, Sr. Fernando Silva Chaves Neto II, R.G. nº27.858.225-4, CPF 250.270.978-40, doravante designada apenas **CONTRATADA**, conforme despacho proferido às fls. 055425233 do processo em epígrafe, publicado no DOC de 27/11/2021, resolvem firmar o presente contrato, objetivando a prestação dos serviços discriminado na Cláusula I – DO OBJETO, que serão executados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.278/02, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 14.145/06, Decreto Municipal 44.279/03, Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14, Decretos Municipais nºs 49.511/08, 59.283/2020, 59.292/2020 e 55.838/2015 bem como com as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais normas complementares e Decreto Municipal nº 56.633/15, demais normas complementares e disposições contidas neste instrumento, consoante às cláusulas e condições que seguem:

**I – DO OBJETO**

1.1. **Contratação de serviços com fornecimento de materiais visando a execução de pavimentação em concreto asfáltico (C.A.), implantação de galeria de águas pluviais e melhorias no pavimento das calçadas em trecho da Rua François Carlier – Distrito: Sacomã, área sob jurisdição desta Subprefeitura Ipiranga.**

1.2. Os serviços objeto deste ajuste deverão ser prestados mediante rigorosa observância das especificações técnicas e de prazos de execução contidos no Anexo I – Memorial Descritivo/Termo de Referência, do Edital de licitação, parte integrante deste.

1.3 Fica fazendo parte integrante deste Contrato a Ordem de Início e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ocorrer.

**II – DO REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR E DOTAÇÃO**

2.1. Os serviços serão executados no regime de empreitada por preço unitário.

2.2. O valor total do ajuste importa em **R\$ 252.239,44 (duzentos e cinquenta e dois mil duzentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos).**

2.3. Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhado onerando a dotação nº. 53.10.15.451.3022.1.170.4.4.90.39.00.00, através da Nota de Empenho nº 95348/2021.

### III – DOS PREÇOS

- 3.1. O valor total do presente contrato importa em **R\$ 252.239,44 (duzentos e cinquenta e dois mil duzentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos)**.
- 3.2. No preço supra estão incluídos todos os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios (B.D.I), assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST), e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação dos serviços objeto deste.
- 3.3. Os preços unitários contratuais para execução dos serviços objeto do presente, são os ofertados pela contratada na Planilha de Custos Unitários Prefeitura/Licitante - Anexo VI do edital de licitação, parte integrante deste.

### IV - REAJUSTE

- 4.1. De acordo com a legislação vigente, os preços contratuais e extracontratuais não serão reajustados.
- 4.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais e municipais sobre matéria.

### V - PRAZOS

- 5.1. O prazo total para a execução das obras e serviços é de **60 (sessenta) dias** a contar da data fixada na “Ordem de Início”, a ser expedida pela Coordenadoria de Projeto e Obras desta Subprefeitura a qual indicará o responsável técnico pela fiscalização das Obras/Serviços.
- 5.2. A contratada deverá retirar a Ordem de Início em até 03 (três) dias úteis contados da convocação.
- 5.3. A contratada executará todos os serviços contratados, dentro do prazo fixado, obrigando-se a entregar, ao término desse prazo, os referidos serviços completos, de acordo com os requisitos do presente e seus anexos.
- 5.4. Poderá o contrato ser denunciado a qualquer tempo, ensejando a sua rescisão contratual, com prévia notificação, sem sanção ou ônus à Municipalidade.

### VI - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento da medição dos serviços/obras executadas deverá ser requerido pela Contratada, junto ao protocolo da Unidade Fiscalizadora, até o 3º dia útil do mês seguinte, com a junção dos seguintes documentos, nos termos das Portarias nºs: 092/2014-SF, 32/SMSP/2014, 170/2020 e alterações posteriores:

- a) Requerimento de pagamento da medição;
- b) Planilha analítica da medição (para análise da fiscalização);
- c) Croqui de localização dos serviços realizados, quando solicitado pela Unidade Requisitante;
- d) Relatório fotográfico dos serviços realizados;



- e) Memória de cálculo dos serviços realizados;
- f) Cópia do contrato ou outro instrumento hábil equivalente e seus termos aditivos;
- g) Cópia da Nota de Empenho correspondente;
- h) Cópia da requisição de fornecimento de materiais, de prestação de serviços ou execução de obras (Ordem de Início);
- i) Cópia do ato que designou o fiscal do contrato (Ordem de Início);
- j) Certidão de Regularidade do FGTS;
- k) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da Lei;
- l) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas;
- m) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo;
- n) No caso de aquisição e/ou utilização de produtos de empreendimentos minerários, em observância ao Decreto Municipal nº 48.184 de 13 de março de 2007, a saber: areias e agregados rochosos nas suas diversas granulometrias, tais como, pedra britada, pedrisco, pó de pedra, seixo, deverão apresentar, como condição de pagamento, os seguintes documentos:

1- Notas fiscais de aquisição desses produtos;

2- Na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar 3 m<sup>3</sup> (três metros cúbicos), cópia da última licença de operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou de documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado.

- o) No caso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de São Paulo, em observância ao Decreto Municipal nº 50.977 de 06 de novembro de 2009, asaber:

1 - Produto de madeira de origem nativa: madeira nativa em toras, toretes, postes, escoramentos, palanques roliços, dormentes, mourões, achas, lascas e lenha;

2 - Subproduto de madeira de origem nativa: madeira nativa serrada sob qualquer forma, laminada, aglomerada, prensada, compensada, em chapas de fibra, desfolhada, faqueada e contraplacada.

Deverão apresentar: notas fiscais, no original ou cópia autenticada, de aquisição desses produtos e subprodutos e comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrado no Cadastro Técnico Federal do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –IBAMA.

6.2. O fiscal do contrato providenciará a elaboração medição detalhada, que ateste a execução de obras ou serviços executados no período a que se refere o pedido de pagamento, coletando as assinaturas necessárias e juntando-a ao processo.

6.2.1. O valor da medição será apurado com base nas quantidades de serviços executados no período

e aplicação dos preços contratuais, sendo que, em caso de medição “parcial” de serviços cujo valor contratual seja com base mensal, o cálculo do período medido terá como base o mês comercial – 30 dias.

6.3. Após a elaboração e assinatura da medição detalhada dos serviços e obras executados, a contratada emitirá e entregará ao fiscal do contrato a respectiva nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente, acompanhada de demonstrativo da retenção dos impostos devidos e outros descontos referentes ao pagamento das despesas, os quais poderão estar destacados no corpo da nota fiscal ou documento equivalente.

6.4. O fiscal do contrato, ao receber todos os documentos necessários à liquidação e pagamento, deverá identificar no documento fiscal a data de recebimento, em modelo próprio de declaração nos termos do Anexo I da Portaria SF nº 92/2014, bem como dar o “atesto” de acordo com o Anexo II da referida Portaria e encaminhar o processo de liquidação e pagamento para CAF/SF, para prosseguimento.

6.5. Apontamentos de débitos nos documentos previstos no subitem 6.1., alíneas “g” a “j” não impedem a liberação do processo para pagamento, devendo a CONTRATANTE, entretanto, analisar a hipótese de aplicação de penalidade e/ou rescisão contratual.

6.6. No processamento da medição para fins de pagamento, serão observadas as disposições relativas às retenções de impostos nos termos das respectivas legislações:

- ISS – Imposto Sobre Serviços - Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores;
- INSS – Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 e alterações posteriores, e,
- Imposto Sobre a Renda - Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 e alterações posteriores.

6.7. A medição final dos serviços somente será encaminhada ao pagamento quando resolvidas todas as pendências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do contrato, e, mediante a apresentação do Termo de Recebimento Provisório da obra ou serviços.

6.8. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da entrega **ao fiscal do contrato** da nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente.

6.9. O pagamento será efetuado exclusivamente por crédito em conta corrente, na Agência indicada pela CONTRATADA, do Banco do Brasil S/A, conforme Decreto Municipal nº. 51.197 de 23/01/2010, ou em outro que vier a ser indicado pela SF ou excepcionalmente, no Departamento de Tesouro, a critério da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.10. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.11. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação dos serviços.

6.12. Não haverá atualizações ou compensações financeiras.

6.13. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.



## VII – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

### 7.1. Compete à CONTRATADA:

7.1.1. Executar as obras obedecendo às especificações constantes neste Contrato.

7.1.2. A Contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos e outros.

7.1.3. A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços à Contratante, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamentos e pessoal ao local de trabalho.

7.1.4. O transporte dos funcionários é de responsabilidade da Contratada, devendo ser observadas as exigências contidas na legislação de trânsito.

7.1.5. Todos os locais danificados decorrentes da obra deverão ser imediatamente refeitos, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem nenhum ônus à Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada.

7.1.6. A Contratada ficará responsável a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade da obra executada e materiais utilizados.

7.1.7. Na execução dos serviços, a Contratada obriga-se a respeitar todas as Normas de Execução e de Sinalização de Obras e Serviços, devendo ser utilizados cavaletes com placas nas dimensões de 80 x 60 cm, para cada local onde serão prestados os serviços e placas ou adesivos nos equipamentos, quando for o caso. Obriga-se também, a colocar “Placa de Obra” no local indicado pela Fiscalização. Os dizeres, as cores e dimensões exatas, obedecerão ao modelo a ser fornecido pela Fiscalização. Tanto na Placa de Obra, nas placas dos cavaletes, como nas placas ou adesivos e a serem utilizados nos equipamentos, deverá constar o nome da Contratada.

7.1.8. A Contratada deverá arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

7.1.9. A Contratada deverá afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração – Subprefeitura Ipiranga, não deva continuar a participar da execução das obras.

7.1.10. A Contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, no horário estabelecido por ela, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que também poderão ser realizadas em outros locais.

7.1.11. A Contratada obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação afeta à contratação.

7.1.12. A Contratada é responsável pelos danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, durante o desenvolvimento da obra objeto deste instrumento.

7.1.13. Mandar proceder, por sua conta, os ensaios, testes, laudos e demais provas estabelecidas em normas técnicas oficiais, sempre que solicitados pela Contratante, para atestar a qualidade e as características dos materiais utilizados na obra executada.

7.1.14. Transmitir, por escrito através do Livro de Ordem conforme Resolução nº 1.024, de 21/08/2009, do Confea e Ato Normativo nº 06 de 28/05/2012, do Crea- SP, todas as instruções sobre modificações de planos de trabalho, de especificações, de prazos e cronogramas, bem como sobre o andamento das obras e/ou serviços..

7.1.15. Pagar os salários e arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como, por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas indiretas.

7.1.16. Para a assinatura do contrato, a Contratada deverá indicar o responsável técnico que a representará durante a execução das obras e serviços, bem como apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - A.R.T. do mesmo perante o CREA/SP. O responsável técnico deverá ser o mesmo que realizou a visita técnica por ocasião da licitação.

7.1.17. A Contratada deverá fornecer, no prazo estabelecido pela Contratante, os documentos necessários à lavratura de Recebimento Definitivo, o qual será requerido pela mesma.

**7.2. Compete à CONTRATANTE, por meio da Fiscalização, que será exercida por servidor da Coordenadoria de Projetos e Obras – CPO, da Subprefeitura Ipiranga:**

7.2.1. Fornecer à contratada todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos;

7.2.2. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;

7.2.3. Expedir, por escrito, através do livro de ordem as determinações e comunicações dirigidas à contratada;

7.2.4. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

7.2.5. Promover, com a presença da contratada, as medições dos serviços efetuados e encaminhar a documentação pertinente para pagamento;

7.2.6. Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho, especificações de prazos e cronograma, fazendo constar no livro de ordem;

7.2.7. Solicitar parecer de especialista em caso de necessidade;

7.2.8. Acompanhar os trabalhos desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução dos mesmos e o atendimento das especificações, bem como solucionar os problemas executivos;

7.2.9. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que as regem.

7.3. A Fiscalização da contratante determinará e, a contratada deverá, reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que tenham vício, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, devendo constar no livro de ordem.

7.4. A Administração se reserva o direito de executar, direta ou indiretamente, no mesmo local, obras e/ou serviços distintos dos abrangidos no contrato.

### VIII - PENALIDADES

8.1. Além das sanções previstas na Lei Municipal nº 13.278/02, bem como as previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, fica a contratada sujeita às penalidades abaixo:

8.1.1. Multa por dia de atraso injustificado em relação aos prazos fixados: 1,0% (um inteiro por cento) por dia sobre o valor do Contrato, até o máximo de 15 (quinze) dias.

8.1.2. Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços: 1,0% (um inteiro por cento) por dia sobre o valor do Contrato até o máximo de 15 (quinze) dias.

8.1.3. Multa pelo descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (meio por cento) sobre o valor Contratual, por dia.

8.1.4. Multa pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas pela Fiscalização: 2,0% (dois inteiros por cento) sobre o valor Contratual.

8.1.5. Multa por inexecução parcial: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da parcela não executada.

8.1.6. Multa por inexecução total: 30,0% (trinta inteiros por cento) sobre o seu valor.

8.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

8.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a contratada tenha a receber da PMSP. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

### IX – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 – Os serviços objeto deste Contrato serão recebidos pela PREFEITURA consoante o disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica a contratada ciente de que a assinatura deste indica que tem pleno conhecimento dos elementos nela constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

10.2. Para assinatura deste, a empresa apresentou os seguintes documentos:

10.2.1 – Documentos:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b. Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da Lei;
- c. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Certidão de regularidade perante a Fazenda do Município de São Paulo, relativa aos tributos relacionados com a prestação contratada, de empresas com sede no município de São Paulo, OU prova de inscrição no cadastro das pessoas jurídicas que emitam nota fiscal autorizada por outro Município, no caso

da sede não ser no município de São Paulo, conforme dispõem a Lei Municipal nº 14.042/2005, Decreto Municipal nº 46.598/2005 e Portaria SF nº 101/2005.

A licitante com sede fora do Município de São Paulo, que não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar Declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários relacionados com a prestação contratada.

**e.** Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;  
**f.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária, que comprove possuir como objeto a prestação de serviço compatível com os exigidos na licitação;

Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores ou dirigentes, tratando-se de sociedades empresárias;

Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**g.** Certidão de Falência e Concordata.

**h.** Caução

**i.** CADIN

**j.** E os itens 10.2.2, 10.2.3, 10.2.4, 10.2.5 e 10.2.6

10.2.2. Indicação do responsável técnico pelo acompanhamento da execução dos serviços e o preposto que a representará nos locais dos trabalhos;

10.2.3. Guia de recolhimento do ART, nos termos da resolução nº 307/86/CONFEA.

10.2.4. A contratada deverá verificar no site [www.capital.sp.gov.br/portalmmsp/](http://www.capital.sp.gov.br/portalmmsp/), eventuais pendências incluídas no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, que possam impedi-la de firmar o contrato derivado do presente certame, conforme disposto na Lei Municipal nº 14.094 de 06/12/05 e Decreto Municipal nº 47.096 de 21/03/06;

10.2.5. Declaração firmada sob as penas da lei, que a empresa atenderá no momento da contratação o disposto no artigo 5º do Decreto Municipal nº 50.977/09 – que dispõe do compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal, nos termos do modelo constante do Anexo Único integrante desse decreto (ANEXO IX do Edital).

10.2.6. Declaração firmada sob as penas da lei, que a empresa atenderá no momento da contratação o disposto no artigo 5º do decreto Municipal nº 48.184/07 – que dispõe do compromisso de fornecimento ou utilização de produtos de empreendimentos minerários que tenham procedência legal, nos termos do modelo constante do Anexo Único integrante desse decreto (Anexo X do Edital);

10.3. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/02, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à sua execução e especialmente aos casos omissos.

10.4. Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I da Lei 8.666/93 ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

10.5. A Contratante se reserva o direito de executar através de outras contratadas, no mesmo local, obras ou serviços distintos dos abrangidos no presente neste Contrato.

10.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

10.7. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

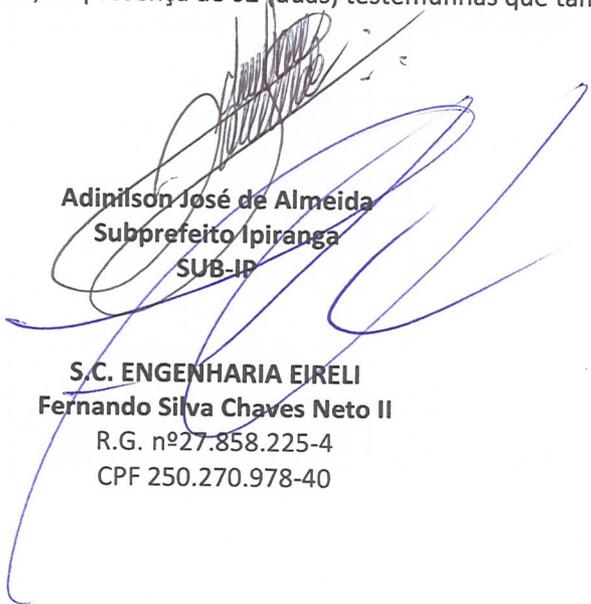
10.8. "Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto nº 56.633/15.

10.9. Fica fazendo parte integrante do presente, a proposta de fls. 055156943 , o Edital da licitação e seus anexos que o precedeu.

10.10. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

10.11. A assinatura do presente Termo de Contrato poderá ser realizada digitalmente nos termos do Art. 8º do Decreto Municipal n.º 55.838/2015 haja vista o período emergencial instituído pelo Decreto Municipal n.º 59.291/2020.

10.12. E, por estarem justas e contratadas, exaram as partes suas assinaturas no presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor pelas partes, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

  
**Adinilson José de Almeida**  
Subprefeito Ipiranga  
SUB-IP

**S.C. ENGENHARIA EIRELI**  
**Fernando Silva Chaves Neto II**  
R.G. nº 27.858.225-4  
CPF 250.270.978-40

Testemunhas:

1.



R.G.

22.242.278-6

2.



R.G.

17.329.926

**ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO/TERMO DE REFERÊNCIA**

**SUBPREFEITURA IPIRANGA**

**COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS (C.P.O.)**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**1 - OBJETO:**

Serviços de execução de pavimentação em concreto asfáltico (C.A.), implantação de galeria de águas pluviais e melhorias no pavimento das calçadas em trecho da Rua François Carlier, localizada no distrito do Cursino área administrativa da Subprefeitura Ipiranga.

**2- SERVIÇOS PRELIMINARES.**

Execução de serviços de limpeza geral no trecho a ser pavimentado e espaço reservado à execução das calçadas, com remoção das vegetações rasteiras e demais ações necessárias ao preparo da área para receber os serviços.

**3- LEVANTAMENTO TOPOGRAFIA.**

Efetuar os trabalhos de topografia visando a localização de eixos, níveis e cadastramento dos equipamentos a serem implantados, fornecendo ao final dos serviços 1 copia impressa e uma em mídia digital.

**4- ABERTURA DA CAIXA PARA PAVIMENTAÇÃO.**

Refere-se à remoção da camada superficial de material até a profundidade de 20 centímetros, medidos a partir do topo das guias (já instaladas), formando a caixa de preparo para a pavimentação conforme detalhe (Corte BB), removendo o material ao aterro cadastrado fornecendo copias dos CTRs emitidos para fins de medição.

As dimensões serão: Eixo de 153 metros, acrescidos de 6 metros (área interna aos sarjetões), por 5,2 metros de largura, totalizando 852,70 metros quadrados, conforme dimensões apontadas na peça gráfica que faz parte desta instrução.

**5- ABERTURA DAS VALAS PARA INSTALAÇÃO DOS RAMAIS E GALERIA.**

Abertura das valas transversais para receber os ramais de ligação das caixas de bocas de lobo para a caixa do PV, com profundidade 75 cm e por 70 ( L x H) centímetros de largura conforme descrito no (Corte AA).

Abertura da vala no eixo da via com 90 cm X 70 cm (L x H), com extensão de 50 metros, acrescidos de trecho aproximado de 12,5 metros (Total 62,5 metros), visando a ligação da nova galeria à existente na Rua Giacomo Cozzareli, conforme indicado na peça gráfica que faz parte desta instrução.

**6- ASSENTAMENTO DOS TUBOS.**

Para os ramais: Enchimento do fundo da vala com camada de lastro com espessura de 10 centímetros.

Assentamento dos tubos de 40 cm Ø, atentando para o alinhamento do eixo evitando distorções ou vazamentos pelos encaixes (bolsas).

Reenchimento da vala (laterais e topo) efetuando a compactação com uso de material novo (terra) até o nivelamento com a cota inferior da caixa de pavimentação.



**COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS (C.P.O.)**

Para a galeria: Enchimento do fundo da vala com camada de lastro com espessura de 10 centímetros.

Assentamento dos tubos de 60 cm Ø, atentando para o alinhamento do eixo evitando distorções ou vazamentos pelos encaixes (bolsas), prevendo os espaços a implementação das caixas de poços de visita em número de duas distanciadas de 50 metros, conforme peça gráfica.

Trecho final: Com os mesmos critérios para abertura, colocação de lastro, instalação dos tubos de 60 cm Ø, reenchimento e compactação, é prevista a execução de caixa em alvenaria para desvio do eixo de formas a facilitar a ligação com a galeria existente na Rua Giacomo Cozzarelli.

**7- POÇOS DE VISITA.**

Execução de instalação de dois poços de visita, no eixo da via, distanciados de 50 metros conforme indicado na peça gráfica, fornecendo os tampões metálicos articulados.

**8- CAIXAS DE BOCA DE LOBOS DUPLAS**

Instalação de dois grupos de caixas de boca de lobos, no início da galeria, interligadas aos ramais de acesso à caixa do poço de visita, conforme peça gráfica, executando adequação nas guias existentes para o direcionamento das águas ao interior das caixas (Corte AA).

**9- PASSEIO EM CONCRETO.**

Execução de passeio em concreto através da abertura de caixa, execução de lastro de brita, com posterior lançamento de concreto de 15 MPA (pavimento) com espessura mínima de 7 centímetros em ambos os lados da via desempenado manualmente atentando para os arremates junto as guias, caixas de BLs e muros.

**10- SARJETÕES.**

Inicia-se este serviço através da demolição e remoção do sarjetão existente, com posterior abertura das caixas para a instalação das formas para a conformação dos novos sarjetões ( 2 ), a serem implantados conforme descrito na peça gráfica, utilizando-se concreto FCK 25 MPA.

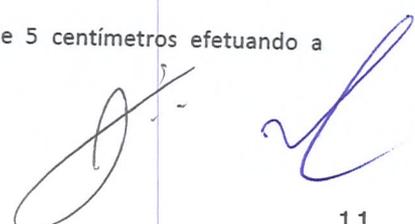
Quando do enchimento das caixas, modelar canaletas para o direcionamento das águas em direção as sarjetas.

**11- PAVIMENTAÇÃO.**

Aplicação da sub-base macadame hidráulico formando a sub-base com espessura de 10 centímetros efetuando a compactação com rolo compressor.

Sobre a sub-base, aplicação de imprimação betuminosa impermeabilizante em todas as superfícies a receberem a nova capa asfáltica ( Eixo via, entre os sarjetões e trecho de ligação a galeria da R. Giacomo Cozzarelli).

Aplicação da camada de macadame betuminoso com espessura de 5 centímetros efetuando a compactação com rolo compressor.



**SUBPREFEITURA IPIRANGA**  
**COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS (C.P.O.)**

Aplicação de imprimação ligante em todas as superfícies.

Aplicação da capa asfáltica CBUQ faixa (IV) da IE-03/2009, com espessura de cinco centímetros efetuando a compactação com rolo compressor vibratório.

O Nivelamento da capa com os poços de visita e com os bordos dos sarjetões deverá ser observado evitando-se diferença entre as superfícies.

**12-ABERTURA DE LIVRO DE ORDENS JUNTO CREA.**

É solicitada a abertura do livro de ordens de acompanhamento de ocorrências em obra quando da emissão da Ordem de Início.

**13- PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo será de até 60 dias, contados a partir da data indicada na Ordem de Início.

**14- MEDIÇÕES**

A cada 30 trinta dias (mensais).

**15-FINALIZAÇÃO DA OBRA.**

Será efetuada vistoria pela fiscalização com foco nos aspectos da qualidade dos materiais aplicados, qualidade de execução tais como alinhamentos, nivelamentos, inspeção da galeria, PVs, sarjetões, pavimento das calçadas e capa asfáltica.

Ao final deverão ser retirados todos os restos de obras de qualquer natureza.

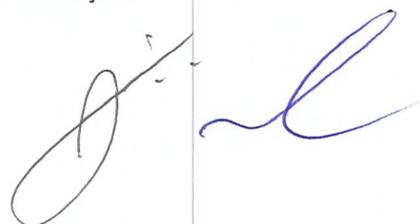
Estando de acordo será emitido o Termo de Recebimento Provisório na última medição.

**16-GARANTIA.**

O prazo de garantia será de 5 anos contra defeitos com origem na falhas de execução, tais como desalinhamentos, solapamentos, exsudação na capa, deslocamentos nos tubos, falhas estruturais nos sarjetões e etc.

**17- REFERENCIAS TÉCNICAS.**

Deverão ser atendidas a relação dos serviços e obras descritos no Memorial Descritivo, que constam da Planilha do Orçamento proposto, considerando-se os elementos da composição de custos de preços unitários EDIF-2 e SIURB em seus respectivos Cadernos Técnicos, assim como as determinações estabelecidas no Caderno de Encargos de EDIF/SIURB, das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, onde pertinentes e principalmente as determinações da fiscalização.



**COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS ( C.P.O. )**

Eventuais casos de dúvida quanto a interpretação deste memorial descritivo e da planilha de orçamento básico, consultar a Coordenação do Núcleo de Manutenção de Próprios Municipais e Equipamentos na Secretaria de Infra Estrutura Urbana – SIURB.

Nos preços contratuais, consideram-se inclusos os custos diretos, encargos sociais, trabalhistas, como também o B.D.I, representando preços para pagamento a vista sem qualquer encargo financeiro a ele agregado

Especificamente à execução da pavimentação a fiscalização por base as Instruções técnicas PMSP – IP 01 a IP 09 e normas ABNT .



**IE – 03/2009  
CAMADAS DE CONCRETO ASFÁLTICO  
USINADO A QUENTE**

**Quadro 3.2**  
Requisitos para composição da mistura

PENEIRAS		% EM PESO QUE PASSA				
		I	II	III	IV	V
50	2"	100	-	-	-	-
38	1 1/2"	95-100	100	-	-	-
25	1"	75-100	95-100	-	-	-
19	3/4"	60-90	80-100	100	100	-
12,5	1/2"	-	-	80-100	88-100	-
9,52	3/8"	35-65	45-80	70-90	78-94	100
4,8	4	25-50	28-60	44-72	60-80	75-100
2,38	8	-	-	-	44-60	-
2,0	10	20-40	20-45	22-50	-	50-90
0,42	40	10-30	10-32	8-26	20-35	20-50
0,175	80	5-20	8-20	4-16	12-24	7-28
0,075	200	1-8	3-8	2-10	6-12	3-10
UTILIZAÇÃO		LIGAÇÃO	ROLAMENTO U LIGAÇÃO	ROLAMENTO	REPERFIL.	
TIPO DE TRAFÉGO (IP-42)		QUALQUER		MÉDIO PESADOMTO. PESADO	MÉDIO LEVE	QUALQUER
ESPESSURA MÁXIMA COMPACTADA (cm)		6,0	6,0	6,0	5,0	2,5

**SUBPREFEITURA IPIRANGA**  
**COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS ( C.P.O. )**

**18 – TERMO DE OCUPAÇÃO DE VIAS (TPOV).**

Providenciar junto à C.E.T., a emissão do Termo de Ocupação de Vias, em virtude da natureza da obra ser necessária a interdição das vias para a pavimentação e a interligação das galerias de águas pluviais.

